

# É preciso aprofundar as reformas

*Economia Brasil* Rubem Medina

O agravamento do quadro econômico internacional, a partir da ampliação da crise dos países asiáticos — que ameaça até as economias mais desenvolvidas e com reflexos negativos para os países da América Latina, em particular para o Brasil —, exige muito mais do que o simples empenho do Fundo Monetário Internacional (FMI). É necessária uma ação coordenada dos países ricos para tentar reverter esse quadro que põe em risco o futuro de todos os países.

No caso do Brasil, a repercussão da crise asiática — e, mais recentemente, da Rússia — em nossa economia teve um efeito negativo ainda maior por encontrar o país em posição fragilizada em consequência do desequilíbrio das contas públicas e do balanço de pagamentos. Essa posição decorre das dificuldades para aprovar no Legislativo as reformas constitucionais imprescindíveis à transformação do perfil do Estado e da economia brasileira.

Resultado: fuga de capitais, desconfiança dos investidores internacionais quanto ao futuro de nossa economia e uma marcha à ré no crescimento econômico em consequência da elevação dos juros e dos cortes orçamentários que impedirão novos investimentos no país. E esse filme já é do conhecimento de todos os brasileiros. Sem crescimento econômico, o resultado será: menos emprego, queda da receita fiscal da União, estados e municípios, com novos cortes nos investimentos e desestímulo ao setor produtivo.

Como se vê, o ônus da não reestruturação do Estado e das reformas incompletas acaba recaindo sobre o setor produtivo — com o aumento dos juros para financiar o déficit público — e sobre os próprios trabalhadores, tanto com a redução da oferta de emprego quanto no corte de investimentos em áreas vitais para a melhoria das condições de vida de nossa gente.

O governo brasileiro vem se empenhando para reverter tal quadro de desconfiança dos investidores em nossa economia, atuando em duas frentes. Na área externa, tentando o apoio do FMI, do Banco Mundial e dos países desenvolvidos para evitar que a crise comprometa os avanços que já conquistamos com a estabilidade econômica. No front interno, preparando uma série de medidas de ajuste fiscal em que garante não aumentar impostos — à exceção da CPMF — e promete cortar na própria carne, diminuindo os gastos do setor público, além de fortalecer o mercado interno para reduzir a dependência do Brasil em relação ao capital internacional.

Vencida essa etapa e preservando o real, entendo que o governo não pode se limitar às medidas do ajuste fiscal. Como defendi reiteradas vezes, é fundamental retomarmos uma segunda rodada de reformas constitucionais, visando a aprofundar as mudanças que não puderam ser viabilizadas no Congresso Nacional em relação às reformas administrativa e da Previdência, bem como tentar o consenso em torno da reforma tributária que, a exemplo das demais, é igualmente importante para a consolidação do real e para a modernização do Estado e melhor desempenho da economia.

Nessa segunda fase é imprescindível a inclusão, nos debates, da proposta de reforma da legislação trabalhista que, além de arcaica, vem representando pesado ônus para o setor produtivo, à medida que encarece os custos de mão-de-obra — com os chamados encargos sociais —, desestimula o pleno emprego e, em muitos casos, inviabiliza as empresas, que já enfrentam o pesado ônus

da carga tributária. Por isso há muito venho defendendo a revisão da legislação trabalhista, por entender que, mesmo com seu caráter paternalista, ela acaba se voltando contra o próprio trabalhador, à medida que não contribui para a elevação dos salários e desestimula a oferta de novos postos de trabalho.

Sem falar que a sociedade como um todo também termina perdendo, com a renúncia fiscal das milhares de empresas que são empurradas para a informalidade para fugir da carga fiscal e desses encargos sociais. Resultado: menos receita para a União, estados e municípios cumprirem seus compromissos nas áreas sociais.

Em relação à reforma da Previdência Social, o Executivo tem consciência de que o texto em fase final de votação na Câmara está longe de resolver os graves problemas de caixa do sistema previdenciário e só em parte combate os privilégios das aposentadorias milionárias e precoces que ameaçam inviabilizar o sistema, que já alcançou um déficit da ordem de R\$ 50 bilhões no ano passado e se constituem uma das principais causas do agravamento do desequilíbrio das contas públicas.

Entendo que não cabe à Previdência oficial custear benefícios milionários para aposentados do serviço público que, em muitos casos, chegam a R\$ 35 mil mensais, em detrimento da grande maioria dos trabalhadores que se aposentam recebendo benefícios irrisórios. Além do mais, os recursos gastos com esses privilégios acabam ampliando o déficit do sistema previdenciário e retirando dinheiro que poderia contribuir para a melhoria do atendimento nos hospitais vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

O grande desafio que se coloca, portanto, é modificar as estru-

ras construídas ao longo dos últimos setenta anos, que acabam criando um Estado inoperante e oneroso para a sociedade e uma legislação tributária e trabalhista que não atende às expectativas do setor produtivo às exigências do mundo contemporâneo.

Da mesma forma já defendi que as mudanças não podem se limitar às questões do Estado e da economia. A segunda

geração de reformas deve incluir, necessariamente, o Judiciário, para dar maior agilidade à Justiça, reduzir custos da máquina judiciária, além de torná-la mais acessível a todos os brasileiros. E não podemos prescindir, também, da reforma política e partidária, que considero de fundamental importância para o fortalecimento das nossas instituições democráticas e para o primado da cidadania.

A reforma política tem que trazer em seu bojo, por exemplo, a fidelidade partidária e o voto distrital. A primeira contribuirá para o fortalecimento dos partidos e para dar mais legitimidade ao processo político. O voto distrital fortalecerá o processo legislativo, reduzindo as distorções da representação política no Congresso e ampliando as responsabilidades dos eleitos para com suas comunidades.

Independentemente dos resultados das medidas previstas no ajuste fiscal, acredito que a segunda fase de reformas deve ser uma preocupação constante do governo e ser considerada a prioridade número um a partir do segundo mandato. Afinal, o processo de estabilização da economia é irreversível e devemos lutar com todas as forças e recorrendo a todos os instrumentos políticos para a manutenção dessas conquistas, para a busca dos investimentos externos de forma a garantir a retomada do crescimento econômico do país.

■ Rubem Medina é deputado pelo PFL do Rio de Janeiro